



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: BR102018015268-8 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 26/07/2018
Prioridade Unionista: -
Depositante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG)
Inventor: FABRÍCIO ANICIO DE MAGALHÃES; SÉRGIO TEIXEIRA DA FONSECA; THALES REZENDE DE SOUZA; MAURO HELENO CHAGAS; ANTÔNIO EUSTÁQUIO DE MELO PERTENCE; VANESSA LARA DE ARAÚJO
Título: “Dispositivo para medir a torção e a amplitude de rotação do antepé em relação ao retropé ”

PARECER

O presente parecer técnico de segundo exame tem como objetivo reavaliar o pedido de patente de invenção acima identificado, em decorrência da manifestação apresentada na petição nº 870250023677 de 26/03/2024, na qual o Requerente apresentou modificações no pedido em resposta ao parecer técnico de primeiro exame emitido, notificado na RPI 2818 de 07/01/2025 (despacho 7.1). Não foram apresentadas argumentações quanto ao estado da técnica citado. As vias do pedido com as referidas modificações estão sendo consideradas no presente parecer através das páginas listadas no QUADRO 1. Destaca-se que na referida petição o Requerente modificou o título do pedido, sendo o presente parecer já elaborado com o novo título.

Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1 a 6	870250023677	26/03/2025
Quadro Reivindicatório	1	870250023677	26/03/2025
Desenhos	1 a 4	870180064435	26/07/2018
Resumo	1	870180064435	26/07/2018

Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		X
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		X
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	X	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	X	

Comentários/Justificativas:-----

Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	X	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	X	

Comentários/Justificativas:

Em sua manifestação o Requerente modificou o Quadro Reivindicatório, acatando as solicitações feitas no parecer anterior, dessa forma considera-se que as objeções realizadas quanto ao **Artigo 25 da LPI** foram, satisfatoriamente, superadas.

Quadro 4 – Documentos citados no parecer		
Código	Documento	Data de publicação
-----	-----	-----

Comentários/Justificativas:-----

Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)		
Requisito de Patenteabilidade	Cumprimento	Reivindicações
Aplicação Industrial	Sim	1 a 4
	Não	-----
Novidade	Sim	1 a 4
	Não	-----
Atividade Inventiva	Sim	1 a 4
	Não	-----

Comentários/Justificativas:

Apesar da falta de esclarecimentos por parte do Requerente quanto aos documentos do estado da técnica, listados no Relatório de Busca, uma vez que o mesmo se limita a argumentar que: “... Os mecanismos de fixação do pé descritos em D1 a D4 são funcionais apenas tratando-se do tornozelo, pois permitem a dorsiflexão e flexão plantar, envolvendo a tíbia, a fíbula e o tálus. (...) Esse intrincado aparato não poderia ser desenvolvido a partir dos ensinamentos de D1 a D4, que possuem mecanismos voltados para a movimentação do tornozelo e adaptados para tal.”, julga-se que as modificações realizadas no Quadro Reivindicatório, conforme apresentado na petição nº 870250023677 de 26/03/2025, em resposta as objeções destacadas no parecer anterior, permitem, satisfatoriamente, um melhor entendimento da matéria pleiteada, possibilitando compreender que a matéria contida na reivindicação 1 melhor define e restringe o escopo da invenção em face dos documentos de anterioridade buscados, considerando-se que para um técnico no assunto, tal matéria não poderia decorrer de maneira evidente ou óbvia frente ao estado da técnica definido.

Assim, considera-se que a matéria reivindicada no pedido aqui analisado é passível de proteção, pois, acredita-se que os requisitos de novidade (**Artigo 11 da LPI**), atividade inventiva (**Artigo 13 da LPI**) e aplicação industrial (**Artigo 15 da LPI**), são atendidos no presente pedido, e por consequência, o **Artigo 8º da LPI** também é atendido.

Conclusão:

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2025.

José Carlos Guedes da Silva Júnior
Pesquisador/ Mat. Nº 2325678
DIRPA / CGPAT IV/DINEC
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº 006/18